

Editorial

O presente número da Revista Pesquisa em Educação Ambiental reúne, mais uma vez, trabalhos produzidos a partir das conferências, mesas-redondas e Grupos de Discussão de Pesquisa – GDPs – ocorridos no evento Encontro Pesquisa em Educação Ambiental - Epea.

Este número consiste em uma edição bastante especial do evento, o VIII Epea. Especial porque marca o momento em que o evento, inicialmente promovido por grupos de pesquisa ligados à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP e Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto -USP-RP, inicia uma nova fase, para além do Estado de São Paulo.

Pela primeira vez, o evento foi sediado no Rio de Janeiro, realizado por grupos de pesquisa de IES do Rio de Janeiro (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO), consolidando a tendência de se constituir em um evento de abrangência nacional, como já vinha acontecendo nos 14 anos de sua realização nas universidades paulistas, e favorecendo a produção e o surgimento de novos núcleos de produção acadêmica em sua nova fase de evento itinerante, circulando por outros estados da Federação.

O VIII Epea foi organizado a partir do tema *A avaliação da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Perspectivas Futuras*. Produziu discussões bastante instigantes, já a partir da conferência de abertura que resultou no primeiro artigo deste número, de autoria de Roberto Leher, intitulado *A educação ambiental como crítica ao desenvolvimento sustentável: notas sobre o método*.

No artigo, o autor pontua algumas preocupações de método sobre o tema, particularmente sobre as formas de conceber a constituição da problemática socioambiental em que a Educação Ambiental está inscrita, tecendo considerações a partir de duas grandes vertentes distintas que identifica.

Em *Algunas observaciones sobre la década de la educación para el desarrollo sostenible y la tarea pendiente de la educación ambiental superior*, o segundo artigo derivado das conferências do evento, María Luisa Eschenhagen Durán parte do contexto histórico-epistêmico, envolvendo o termo desenvolvimento sustentável para questionar caminhos possíveis para que a educação ambiental, no ensino superior, possa se mover no sentido de prover aos futuros profissionais um panorama suficientemente amplo para compreender a complexidade ambiental.

No artigo originado da conferência de encerramento do evento, José Silva Quintas nos traz uma reflexão sobre o diálogo de saberes necessário ao desenvolvimento de um Diagnóstico Socioambiental Participativo - DSP relacionado a Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental federal. Em *PEA, DSP e Intencionalidade Pedagógica: percepção ingênua ou desvelamento da realidade?*, o autor aponta o extensionismo autoritário e o espontaneísmo ingênuo como extremos opostos da falta do diálogo entre os saberes compartilhados pelos participantes do processo.

A partir da mesa-redonda *O não dito na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, dois textos foram produzidos. O primeiro artigo, de Nilo Sérgio de Melo Diniz, tem o título de *Década da ONU da Educação para o Desenvolvimento Sustentável O dito e o não dito no caminho de mudanças*. Diniz traça uma comparação entre os relatórios e as discussões da Conferência Mundial da UNESCO sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e outras formas de pensar e agir expressas em documentos como a Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco,

e o Tratado Internacional de Educação Ambiental derivado do Fórum Global da Rio 92, identificando lacunas e insuficiências naqueles relatórios e debates.

Vinculado às discussões da referida mesa-redonda, este número traz, também, o artigo *O dito e o não-dito na “Década da educação para o desenvolvimento sustentável” promovida pela UNESCO*, de Carlos Frederico Bernardo Loureiro, em que o autor descreve os pressupostos teóricos que embasam seu posicionamento analítico para, então, discorrer sobre a terminologia *educação para o desenvolvimento sustentável* e realizar um balanço sobre as políticas públicas federais em educação ambiental, com ênfase no período de 2014-2016.

Este número reúne também os relatos de sete Grupos de Discussão de Pesquisa - GDP, em que são desenvolvidas as discussões que pautaram as reuniões durante o evento. No artigo *Convergências na Ecologia Política: quando a Educação Ambiental abraça a Luta por Justiça Ambiental*, Philippe Pomier Layrargues e Cleonice Puggian partem de uma síntese dos doze trabalhos submetidos ao GDP Educação Ambiental, Movimentos Sociais e Justiça Ambiental, tecendo comentários sobre a dinâmica das discussões e apresentando reflexões sobre o papel do GDP e sua temática para a pesquisa em Educação Ambiental. O artigo evidencia importantes reflexões sobre relações de sobreposição e de complementaridade entre os GDPs ao longo das edições do evento.

Nessa mesma linha, Rosa Maria Feiteiro Cavalari e Eunice Schilling Trein fazem, no artigo *Pesquisa em educação ambiental e questões epistemológicas: a necessidade da continuidade do debate*, uma reflexão sobre a importância do GDP como espaço para aprofundar questões trazidas pelos participantes, elaboram uma síntese comentada dos trabalhos submetidos ao GDP e apontam, ao final, que o grupo de participantes enfatiza a necessidade de explicitação dos conceitos e categorias que embasam o pertencimento dos trabalhos ao campo crítico, bem como um maior rigor na apropriação das diferentes correntes epistemológicas.

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis e Clarice Sumi Kawasaki, no artigo *Questões Metodológicas Na Pesquisa Em Educação Ambiental: necessidades e desafios* trazem importantes contribuições sobre o desenvolvimento desse GDP nas edições do Epea, discutindo as motivações e expectativas de seus participantes e apontando questões que têm sido centrais nas discussões do grupo. Dentre as discussões relatadas, destacam-se as relações entre a metodologia de pesquisa e o referencial teórico, o que levou o grupo a uma discussão mais aprofundada sobre Método Materialista Histórico Dialético.

Os autores do artigo *Pesquisa em Educação Ambiental e Políticas Públicas: desafios políticos e epistemológicos*, Luiz Carlos Santana e Rodrigo de A. C. Lamosa, relatam a discussão realizada no grupo sobre a sistematização sobre temas, objetivos e metodologias do conjunto dos trabalhos apresentados, constatando uma visível ampliação temática, que demonstra a potencialidade de investigação dessa temática. As discussões apontam, também, a necessidade de se estabelecer e de fortalecer relações e compreensões da temática das políticas públicas presentes em pesquisas de áreas, incluindo os trabalhos realizados no próprio campo de pesquisas em educação, destacando-se aqueles que resultam de análises sobre as políticas públicas educacionais desenvolvidas nas últimas décadas.

A partir do GDP Grupo de Discussão de Pesquisa - Pesquisa em Educação Ambiental (EA) e a Formação de Educadores(as)-Professores(as), os autores Laísa Freire, João Figueiredo e Mauro Guimarães contribuem com este número através do artigo intitulado *O papel dos professores/educadores ambientais e seus espaços de formação. Qual é a educação ambiental que nos emancipa?*. No texto, os autores desenvolvem reflexões baseadas no registro das discussões do grupo, organizadas nos seguintes eixos: Espaços de formação de professores(as) e educadores(as) ambientais e

construção de uma identidade; Legitimação de espaços de formação do educador ambiental na universidade como PIBID, programas de Extensão e Grupos de Estudos e Pesquisas; A formação em pesquisa do educador ambiental.

No artigo *Caminhos e dilemas da educação ambiental no contexto escolar*, as autoras Maria Inêz Oliveira, Mônica Andrade Modesto e Tatiana Ferreira Santos promovem uma análise dos 39 trabalhos submetidos ao grupo, organizando categorias a partir de seus objetos de estudo. Relatam a discussão e apontam algumas temáticas que foram centrais, incluindo questões como formação do professor, práticas pedagógicas em ambientes escolares e não escolares e disciplinarização da educação ambiental nos currículos. As discussões apontam, também, a necessidade de se criar mais espaços de compartilhamento das pesquisas do chão da escola.

Fechando os textos relacionados aos GDPs, Maryane Vieira Saisse, Haydée Torres de Oliveira, Carolina Buso Dornfeld e Anelize Queiroz Amaral, no artigo intitulado *Pesquisa em educação ambiental em contextos não escolares: pertinência do recorte e interfaces entre os grupos de discussão dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEAs)*, fazem uma reflexão sobre o histórico desse GDP ao longo das edições do Epea, e procuram identificar traços da identidade dos trabalhos a ele submetidos, buscando problematizar, conceitualmente, a inclusão dos trabalhos no grupo *contextos não escolares*. Apontam, também, estratégias futuras para lidar com a diversidade de trabalhos e seu enquadramento nos diferentes GDPs do evento.

Finalmente, da mesa-redonda *Demandas e agendas de pesquisa em Educação Ambiental* parte o artigo em que Luiz Marcelo de Carvalho procura enfatizar algumas estratégias de consolidação e de transformação do campo que a comunidade de pesquisadores em EA tem construído. No texto, intitulado *Demandas e Agendas da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: sentidos construídos a partir dos relatos dos Grupos de Discussão de Pesquisa em Educação Ambiental (GDPs -EPEAs)*, o autor traz uma sistematização do resultado das análises dos relatos dos trabalhos dos Grupos de Discussão de Pesquisa (GDPs) que vêm sendo publicados pela Pesquisa em Educação Ambiental, desde 2005, e a cada edição do EPEA.

José Artur Barroso Fernandes
Láisa Maria Freire dos Santos